

# Superior Tribunal de Justiça

**PETIÇÃO Nº 13.033 - RS (2019/0298935-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**REQUERENTE : LAUDERIO JORGE STAUB**  
**REQUERENTE : LAUDERIO JORGE STAUB**  
**ADVOGADO : JÉSSICA LETÍCIA MARIA STAUB - RS100685**  
**REQUERIDO : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO VALE DO RIO PARDO - SICREDI VALE DO RIO PARDO RS**

## DECISÃO

A defesa dos interesses de LAUDÉRIO JORGE STAUB dirigiu ao Superior Tribunal de Justiça pedido de *medida cautelar para concessão de efeito suspensivo a recurso especial interposto contra acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, nos autos da do Agravo de Instrumento 70081506404* (e-STJ, fl. 3).

Sustentou-se, em suma, a possibilidade de ser postulado diretamente a esta Corte Superior o deferimento da medida urgente, mesmo quando pendente o juízo de admissibilidade do especial interposto.

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

Como é de sabença geral, incumbe à Presidência do Tribunal de origem o juízo primeiro de admissibilidade dos recursos especiais interpostos.

E é lá também que poderá ser concedido efeito suspensivo ao apelo nobre manejado, uma vez preenchidos os requisitos necessários, conforme, aliás, dispõe a Súmula 634, do Supremo Tribunal Federal, de seguinte teor:

*Súmula 634 - Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.*

Por sinal, o exame dos autos revelou que no recurso especial do requerente foi postulada a concessão de efeito suspensivo, conforme se constata às fls. e-STJ nºs 49/50, tendo o 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, de forma prudente e fundamentada, aberto vista à parte contrária para, querendo, apresentar manifestação a respeito.

Portanto, a melhor das razões recomenda que se permita à Corte gaúcha a análise do pedido lá formulado, evitando, assim, a sempre indesejável supressão

# *Superior Tribunal de Justiça*

de instância.

Nessas condições, EXTINGO O PROCESSO, a teor do disposto no art. 485, IV do NCPC e art. 34, inciso XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Desembargador TÚLIO DE OLIVEIRA MARTINS no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a quem incumbe o juízo primeiro de admissibilidade do recurso especial interposto (Processo nº 70082776089).

Comunique-se, também, ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Cruz do Sul/RS (Processo nº 1.12.0000130-7).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
RELATOR